

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Área de Informática, Vestuário em Geral e Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - SICCOOB EMPRESAS RJ, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/06/2000, filiada à Cooperativa Central do Estado do Rio de Janeiro – SICCOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOOB – SICCOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O SICCOOB EMPRESAS RJ possui (05) postos de atendimento (PA) nas seguintes localidades: PA Centro I - Rua Buenos Aires, 68 / 14º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ/ PA Centro II - Rua da Quitanda, 3 / 9º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ/ PA Centro III - Rua Buenos Aires, 59 - Loja - Centro - Rio de Janeiro - RJ/ PA - Cittá América - Av. das Américas, 700, Loja 212F - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ/ PA - Caxias - Rua Per. Marechal Deodoro, 392 - SI 603 - Centro - Duque de Caxias - RJ e Sede Sicoob Empresas RJ - Cond. Le Monde Office - Barra - Av. das Américas, 3.500 - Bloco 02 - Grupo 204 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em 17 de fevereiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	374.813,60	176.830,27
Relações interfinanceiras – centralização financeira	38.907.897,84	27.399.541,50
Total	39.282.711,44	27.576.371,77

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
-----------	------------	------------

Centralização Financeira - Cooperativas	38.907.897,84	27.399.541,50
Total	38.907.897,84	27.399.541,50

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			AD / Emprest./Tit. Desc. *	Financiamento	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em
					31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
AA	-	Normal	2.478.851,92	20.255,19	2.499.107,11	-	4.379.416,00	-
A	0,5%	Normal	3.863.869,69	-	3.863.869,69	(19.319,32)	3.221.231,84	(16.106,17)
B	1%	Normal	2.467.266,32	80.496,24	2.547.762,56	(25.477,63)	2.570.595,05	(25.705,95)
B	1%	Vencidas	420.793,75	-	420.793,75	(4.207,94)	34.121,28	(341,21)
C	3%	Normal	2.482.689,95	-	2.482.689,95	(74.480,70)	1.804.304,74	(54.129,14)
C	3%	Vencidas	62.549,59	-	62.549,59	(1.876,49)	46.096,66	(1.382,90)
D	10%	Normal	8.238,47	-	8.238,47	(823,85)	35.946,07	(3.594,61)
D	10%	Vencidas	23.349,58	-	23.349,58	(2.334,96)	43.919,06	(4.391,91)
E	30%	Normal	2.000,00	-	2.000,00	(600,00)	-	-
E	30%	Vencidas	570,60	-	570,60	(171,18)	39.994,44	(11.998,33)
F	50%	Normal	1.094.232,82	-	1.094.232,82	(547.116,41)	911.257,85	(455.628,93)
F	50%	Vencidas	19.785,45	-	19.785,45	(9.892,73)	15.152,00	(7.576,00)
G	70%	Normal	66.894,93	-	66.894,93	(46.826,45)	20.000,00	(14.000,00)
G	70%	Vencidas	143.142,70	-	143.142,70	(100.199,89)	16.601,82	(11.621,26)
H	100%	Normal	78.084,64	-	78.084,64	(78.084,64)	69.643,04	(69.643,04)
H	100%	Vencidas	159.241,13	-	159.241,13	(159.241,13)	589.122,30	(589.122,30)
Total Normal			12.542.128,74	100.751,43	12.642.880,17	(792.728,99)	13.012.394,59	(638.807,83)
Total Vencido			829.432,80	-	829.432,80	(277.924,31)	785.007,56	(626.433,91)
Total Geral			13.371.561,54	100.751,43	13.472.312,97	(1.070.653,30)	13.797.402,15	(1.265.241,75)
Provisões (-)			(1.069.848,34)	(804,96)	(1.070.653,30)		(1.265.241,75)	-
Total Líquido			12.301.713,20	99.946,47	12.401.659,67		12.532.160,40	-

(Valores expressos em reais – R\$)

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2016
Empréstimos	3.982.822,76	1.607.101,80	2.046.935,06	7.636.859,62

Títulos Descontados	2.341.381,29	60.006,04	-	2.401.387,33
Total	6.324.204,05	1.667.107,84	2.046.935,06	10.038.246,95

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor	31/12/2016	31/12/2015
	Total da Carteira	Total da Carteira
Setor Privado - Serviços	8.980.681,53	12.511.260,02
Pessoas Físicas	1.057.565,42	1.321.957,23
Outros Serviços	-	3.729,24
Total	10.038.246,95	13.836.946,49

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(1.265.241,75)	(1.682.598,17)
Constituições/Reversões no período	(558.456,11)	(513.179,27)
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	753.044,56	930.535,69
Total	(1.070.653,30)	(1.265.241,75)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	1.063.533,00	7,89%	1.121.420,88	6,81%
10 maiores devedores	6.194.515,70	45,98%	5.808.640,24	35,28%
50 maiores devedores	11.337.412,77	84,15%	11.442.712,58	69,49%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(2.629.231,43)	(2.413.698,86)
Valor das operações transferidas no período	(792.588,90)	(236.101,21)
Valor das operações recuperadas no período	145.244,01	20.568,64
Total	(3.276.576,32)	(2.629.231,43)

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	-	-	-	39.544,34
Rendas a Receber (a)	20.705,06	-	20.705,06	14.580,06
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.262,52	-	13.262,52	8.235,00
Adiantamentos para Despesas Diversas	14.623,00	-	14.623,00	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	67.380,00	-	67.380,00	3.520,00
Depósito Judicial	19.084,13	-	19.084,13	19.084,13
Valores a Receber - Tarifas	13.186,00	-	13.186,00	4.660,70
Devedores Diversos (b)	1.798,69	-	1.798,69	6.978,98
(-) Provisão para Outros Créditos	-	-	-	(34.027,42)
Total	150.039,40	-	150.039,40	62.575,79

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas convênios a receber - cartões (R\$ 17.754,80), rendas convênios a receber - outras (R\$ 2.950,26)

(b) Em devedores Diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Pendências a regularizar Bancoob	1.771,10	-	1.478,02	6.246,73
Pendências a regularizar	-	-	-	732,25
Transitória - Avais Fianças e Honrados	27,59	-	-	-
Total	1.798,69	-	1.798,69	6.978,98

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguro patrimonial e renovação do programa antivírus, conforme demonstrado:

Despesas Antecipadas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	17.550,88	-	17.550,88	13.314,94
Vale Refeição e Alimentação	36.939,56	-	36.939,56	25.039,11
Vale Transporte	8.253,35	-	8.253,35	5.215,36
Total	62.743,79	-	62.743,79	43.569,41

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE**a) Investimentos**

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2016	31/12/2015
Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO	1.304.459,57	1.105.518,45
Total	1.304.459,57	1.105.518,45

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2016			31/12/2015	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Terrenos	293.056,00	-	293.056,00	293.056,00	-
Edificações	566.606,26	(194.299,06)	372.307,20	394.971,48	4%
Instalações	178.491,43	(45.818,33)	132.673,10	13.085,11	10%
Móveis e equipamentos de uso	264.182,19	(116.600,62)	147.581,57	66.611,22	10%
Sistema de comunicação	17.502,32	(1.312,65)	16.189,67	-	10%
Sistema de processamento de dados	198.229,87	(113.425,81)	84.804,06	40.451,28	20%
Sistema de segurança	9.085,64	(7.759,92)	1.325,72	2.234,24	10%
Sistema de Transporte	158.000,00	(47.159,86)	110.840,14	26.765,10	20%
Total	1.685.153,71	(526.376,25)	1.158.777,46	837.174,43	

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 09 – DEPÓSITOS**a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.**

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Aplicador	3.279.833,58	8,15%	2.186.924,87	7,04%
10 maiores aplicadores	17.602.982,10	43,77%	14.353.185,97	46,18%
50 maiores aplicadores	31.975.176,32	79,50%	25.386.230,89	81,67%

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Pessoa Física	14.224.655,12	10.574.232,57
Depósito à Vista	1.756.887,81	1.324.119,23
Depósito à Prazo	12.467.767,31	9.250.113,34
Pessoa Jurídica	23.807.293,77	20.508.333,25
Depósito à Vista	9.365.403,88	6.885.597,54
Depósito à Prazo	14.441.889,89	13.622.735,71
Total	38.031.948,89	31.082.565,82

(Valores expressos em reais – R\$)

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop, o qual é uma associação civil regido por regulamento próprio, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

NOTA 10 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	3.279.833,58	-
Total	3.279.833,58	-

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) - Saldo refere-se cheques administrativos emitidos.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	89.056,86	116.642,49
Cotas de capital a pagar (b)	39.526,60	-
Total	128.583,46	116.642,49

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema

Financeiro Nacional – COSIF

(b) Valores a serem pagos aos cooperados que se desligaram da cooperativa.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Outras Obrigações - diversas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	21.891,56	-	21.891,56	-
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	5.391,40	-	5.391,40	4.444,29
Impostos e contribuições s/ salários	105.768,94	-	105.768,94	73.203,46
IRRF sobre aplicações financeiras, Pis e Cofins	32.593,48	-	32.593,48	9.884,37
Pis e Cofins a Recolher	3.358,55	-	3.358,55	935,12
Provisão para risco fiscais	-	432.928,65	432.928,65	411.327,40
Total	169.003,93	432.928,65	601.932,58	254.183,18

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Conta Salários	-	-	-	1,00
Despesas de Pessoal	204.651,38	-	204.651,38	116.662,81
Outras Despesas Administrativas (a)	94.952,69	-	94.952,69	40.947,76
Provisão para Passivos Contingência (b)	22.149,99	-	22.149,99	26.461,88
Cheques Depositados	4.492,00	-	4.492,00	12.819,50
Credores diversos - país (c)	12.113,34	-	12.113,34	57.290,23
Total	338.359,40	-	338.359,40	254.183,18

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Refere-se a provisão para processamento de dados (R\$ 990,00), compensação (R\$ 75.407,10) seguro prestamista (R\$ 11.769,96) e provisão de despesa com cartões (R\$ 6.785,63).

(b) Saldo refere-se provisão para garantias prestadas (cartão).

(c) A conta Devedores Diversos - país, está assim composta:

Credores diversos - país	31/12/2016	31/12/2015
Pendências a regularizar	4.538,06	15.976,00
Sobras de caixa	18,89	414,53
Pagamentos a Processar	6.215,21	-
Pendências a Regularizar Bancoob	1.341,18	40.899,70
Total	12.113,34	57.290,23

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A SICOOB EMPRESAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas. Nos exercícios de 2016 e de 2015, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	3.686.773,37	3.269.669,88
Reserva Legal	3.996.724,40	3.489.233,13
Reserva para Expansão	1.779.292,82	1.120.302,22
Outras Reservas	998.989,66	669.494,37
Sobras/Perdas Acumuladas	1.512.965,87	1.647.476,47
Total	11.974.746,12	10.196.176,07

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Total de associados	4.051	3.352

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Reservas para Expansão

Reserva de Expansão refere-se a aquisição de imóvel próprio para expansão das atividades da Cooperativa criada conforme deliberação da Assembleia Geral de 2013.

(d) Outras Reservas

Outras Reservas refere-se a Desenvolvimento, Divulgação e Execução de projetos na área comercial e marketing para expansão de negócios. Foi renovado conforme deliberação da Assembleia Geral de 2014.

(e) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras líquidas apuradas ao final de cada semestre são transferidas para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, cujo saldo ao final do exercício são destinadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 329.495,29.

f) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobras /lucro líquido do exercício	1.779.959,84	1.945.270,99
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(7.063,38)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	1.779.959,84	1.938.207,61
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal - 10%	(177.995,98)	(193.820,76)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(88.997,99)	(96.910,38)
Reversão de reserva para expansão	-	-
Sobras à disposição da Assembléia Geral	1.512.965,87	1.647.476,47

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 16 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de atos não cooperativos	-	17.321,34
Receita de atos não cooperativos	-	17.321,34
Imposto de renda à recolher	-	-
Contribuição social à recolher	-	(10.257,95)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	-	7.063,39

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS / DISPÊNDIOS/DESPESAS E RESULTADO NÃO OPERACIONAL**(a) Outros ingressos / rendas operacionais:**

Outros ingressos/rendas operacionais	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas	-	10.333,46	2.411,13
Ingressos de depósitos intercooperativos	2.380.393,50	4.535.890,50	3.093.961,22
Outras Rendas Operacionais	381.236,46	601.263,22	121.955,66
Total	2.761.629,96	5.147.487,18	3.218.328,01

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Outros dispêndios / despesas operacionais:

Outros dispêndios/despesas operacionais	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Outras despesas operacionais	(141.731,99)	(240.659,20)	(43.965,07)
Outros	(3.159,01)	(4.771,83)	(26.461,88)
Total	(144.891,00)	(245.431,03)	(70.426,95)

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) Resultado não operacional:

Resultado não operacional	2º SEMESTRE 2015	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos de capital	308,98	1.746,51	9.081,83
Perdas de Capital	-	-	(44.205,33)
Total	308,98	1.746,51	(35.123,50)

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	196.550,74	305.370,76	1,46%
Saldo das operações passivas	555.135,76	835.244,15	1,46%

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Cheque Especial / Conta Garantia	28.409,02	(323,62)	0,21%
Empréstimos / Financiamentos	90.693,47	(727,64)	0,67%
Títulos Descontados	77.448,25	(774,48)	0,57%

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Detalhamento das Operações Passivas:

OPERAÇÕES PASSIVAS			
Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a vista			
Pessoas físicas e jurídicas	76.257,32	0,52%	0,00%
Depósitos a prazo			
Pessoas físicas e jurídicas - taxa pós-fixada	478.878,44	2,17%	97,00%

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação	Taxas aplicadas pelo
Conta Corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e Conta Garantida)	3,80%	1,5% a 12,0%
Empréstimo / Financiamento	3,20%	1,3% a 5,0%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	2,80%	1,5% a 4,0%
Aplicação Financeira - pós CDI	97,00%	85% a 102% CDI

(d) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Pessoas Físicas	38.288,75
Pessoas Jurídicas	69.565,33

(Valores expressos em reais – R\$)

(e) No exercício de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS	
Descrição	Total dos Benefícios
Honorários	545.360,00
Benefícios	32.247,53

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 19 – COOPERATIVA CENTRAL

O SICOOB EMPRESAS RJ, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB EMPRESAS RJ responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 759.144,31 referente a movimentação de cartões de crédito de seus associados.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Seguro Patrimonial	4.040.000,00	2.000.000,00
Seguro de Veículos	100.000,00	204.000,00

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 22 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 9.570.729,32, em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 23- GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

23.1 - RISCO OPERACIONAL

- As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

23.2 - RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

- O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e

23.3 - RISCO DE CRÉDITO

- O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio

das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Rio de Janeiro, RJ, 17 de fevereiro de 2017.

EDUARDO DINIZ ARANTES PEREIRA
Diretor Presidente

FELIPPE ALVAREZ DE SÁ
Diretor Operacional

CARLOS ALBERTO MIRANDA DE CARVALHO
Diretor Administrativo Financeiro

RAFAEL DIAS
Contador
CRC/RJ 102099/O-7